

**ATA DA 119ª (CENTÉSIMA DÉCIMA NONA) SESSÃO ORDINÁRIA DO 2º (SEGUNDO) PERÍODO LEGISLATIVO DA 1ª (PRIMEIRA) SESSÃO LEGISLATIVA DA 17ª (DÉCIMA SÉTIMA) LEGISLATURA DA CÂMARA MUNICIPAL DE PARNAMIRIM/RN.**

Sessão realizada aos doze dias do mês de novembro do ano de dois mil e vinte e cinco, às nove horas e trinta minutos, no Plenário Doutor Mário Medeiros, sob a presidência do parlamentar César Augusto de Paiva Maia, com os trabalhos da 1ª vice-presidente Rárika de Araújo Bastos, do 2º vice-presidente José Michael Lucena Diniz, do 1º secretário Thiago Fernandes da Silva e do 2º secretário Eurico Shigeyuki dos Santos Shiiki. Verificando-se inicialmente a presença dos parlamentares Gabriel César de Oliveira Siqueira, Hamilton Rademacker Pereira, Irani Guedes de Medeiros, Jonas Monteiro Carlos Godeiro, Leonardo Lima da Costa, Rodrigo Albuquerque Cruz e Rômulo Dantas da Silva, além da Mesa Diretora, foi alcançado o quórum mínimo exigido regimentalmente. O presidente, sob a proteção de Deus e em nome do povo parnamirino, declarou aberta a Sessão Ordinária, convidando o vereador Binho de Ambrósio para fazer a leitura da mensagem bíblica, no livro de Salmos, capítulos 81-82. Ato contínuo, o presidente solicitou ao 2º secretário a leitura da ata da 97ª (nonagésima sétima) Sessão Ordinária, realizada no dia 23 de setembro de 2025. Neste momento a vereadora Rárika Bastos assumiu a presidência desta Sessão. Ato contínuo, a presidente interina Rárika Bastos agradeceu ao 2º secretário e iniciou a discussão e a votação da citada ata. Em seguida, foi aprovada em única discussão e em única votação. Ato contínuo, a presidente interina solicitou ao 1º secretário a leitura das correspondências e das proposições no **expediente**, que constou de: Emenda n. 01/2025 - "altera o art. 6º para suprimir a alínea 'a' do inciso IX, modificar o texto do inciso IX e modificar a alínea 'a' do inciso X, e altera o art. 9º do Projeto de Lei n. 123/2025." (autoria: Poder Legislativo Municipal - Comissão Permanente de Constituição, Legislação e Redação Final); \*Projeto de Lei n. 215/2025 - "estima receita e fixa a despesa do Município de Parnamirim para o exercício de 2026, e dá outras providências." (autoria: Poder Executivo Municipal - Prefeita Raimunda Nilda da Silva Cruz) \*Projeto reapresentado conforme Requerimento Legislativo n. 380/2025, aprovado na 117ª Sessão Ordinária, realizada no dia

CÂMARA MUNICIPAL DE PARNAMIRIM  
Mesa Diretora  
Lido na Sessão

Data: 17 / 03 / 2026

Thiago Fernandes  
1º Secretário

CÂMARA MUNICIPAL DE PARNAMIRIM  
Mesa Diretora  
Aprovado na Sessão  
Única Votação

Data: 17 / 03 / 2026

Thiago Fernandes  
1º Secretário

06 de novembro de 2025; \*Projeto de Lei n. 216/2025 – “dispõe sobre o Plano Plurianual do Município de Parnamirim/RN para o quadriênio de 2026 a 2029, estabelece outras providências.” (autoria: Poder Executivo Municipal – Prefeita Raimunda Nilda da Silva Cruz)

\*Projeto reapresentado conforme Requerimento Legislativo n. 380/2025, aprovado na 117ª Sessão Ordinária, realizada no dia 06 de novembro de 2025; Projeto de Lei n. 260/2025 – “dispõe sobre medidas de proteção e segurança aos profissionais da educação contra atos de violência praticados por familiares ou responsáveis de estudantes no âmbito das instituições de ensino públicas e privadas, e dá outras providências.” (autoria: Poder Legislativo Municipal – Vereador Eder Rodrigues de Queiroz); Projeto de Lei n. 264/2025 – “dispõe sobre a regulamentação da produção, manipulação, fracionamento, conservação e comércio de queijos no âmbito do Município de Parnamirim/RN.” (autoria: Poder Legislativo Municipal – Vereador José Michael Lucena Diniz); Projeto de Decreto Legislativo n. 026/2025 – “dispõe sobre a concessão da Comenda do Mérito Desportivo Severino Miguel do Nascimento (Miguel Caenga), e dá outras providências.” (autoria: Poder Legislativo Municipal – Mesa Diretora – todos os vereadores); Projeto de Decreto Legislativo n. 028/2025 – “confere a Comenda do Mérito Zumbi dos Palmares de Igualdade Racial, no Município de Parnamirim/RN, e dá outras providências.” (autoria: Poder Legislativo Municipal – Mesa Diretora); Requerimento Legislativo n. 388/2025 – “requer a retirada de pauta do Projeto de Lei n. 168/2025.” (autoria: Poder Legislativo Municipal – Vereador Diego Américo de Carvalho); Requerimento Legislativo n. 389/2025 – “requer à Exma. Prefeita de Parnamirim/RN, a Senhora Raimunda Nilda da Silva Cruz, e ao Senhor Secretário de Saúde, Sr. Lealdo Pezzi Araújo, que passem a dar cumprimento à Lei Ordinária n. 1.979/2019, que dispõe sobre a publicação no site oficial da Prefeitura de Parnamirim/RN e em todas as unidades de saúde da relação de medicamentos existentes, daqueles em falta e o local onde encontrá-los na rede municipal de saúde.” (autoria: Poder Legislativo Municipal – Vereador José Michael Lucena Diniz); Moção de Congratulação n. 025/2025 – “à Rádio Nordeste Evangélica 92.5 FM, pelos seus 30 anos de fundação, celebrando uma trajetória marcada pela fé, compromisso social e serviço à comunidade.” (autoria: Poder Legislativo Municipal – Vereador Gabriel César de Oliveira Siqueira);

Indicações ns. 2140/2025 e 2141/2025, de autoria do vereador Leonardo Lima da Costa; Indicações ns. 2145/2025 e 2146/2025, de autoria do vereador José Afrânio Bezerra da Silva; Indicação n. 2149/2025, de autoria do vereador Eurico Shigeyuki dos Santos Shiiki; Indicações ns. 2151/2025 e 2152/2025, de autoria do vereador Hamilton Rademacker Pereira; Indicações ns. 2156/2025 e 2157/2025, de autoria do vereador Thiago Fernandes da Silva; Indicações ns. 2171/2025 e 2174/2025, de autoria do vereador Jonas Monteiro Carlos Godeiro; Indicação n. 2175/2025, de autoria do vereador Irani Guedes de Medeiros; Indicações ns. 2178/2025 e 2179/2025, de autoria da vereadora Rárika de Araújo Bastos; Pareceres da Comissão Permanente de Constituição, Legislação e Redação Final: Parecer ao Projeto de Lei n. 262/2025 - "dispõe sobre a alteração, adição e supressão de dispositivos na Lei n. 2.025, de 2 de abril de 2020, e da Lei n. 2.418, de 10 de agosto de 2023, para atualizar o valor mensal do auxílio-alimentação para os servidores efetivos e comissionados da Câmara Municipal de Parnamirim/RN e sobre a revogação do art. 17 da Lei Complementar n. 270, de 3 de abril de 2024, do Município de Parnamirim/RN." (autoria: Poder Legislativo Municipal - Mesa Diretora); Parecer ao Projeto de Lei n. 263/2025 - "dispõe sobre a alteração da Lei n. 2.337, de 24 de outubro de 2022, para atualizar o valor mensal do auxílio de assistência à saúde pago aos servidores efetivos da Câmara Municipal de Parnamirim/RN e sobre a revogação expressa do art. 18 da Lei Complementar n. 270, de 3 de abril de 2024, do Município de Parnamirim/RN." (autoria: Poder Legislativo Municipal - Mesa Diretora); Parecer ao Projeto de Lei Complementar n. 011/2025 - "institui o Fundo Municipal de Segurança Pública e Defesa Social de Parnamirim/RN." (autoria: Poder Executivo Municipal - Prefeita Raimunda Nilda da Silva Cruz); Parecer ao Projeto de Lei n. 115/2025 - "reconhece de utilidade pública a Associação Solidária pela União, Superação e Geração de Oportunidades para Crianças, Adultos e Idosos - Instituto Viva Cajú - IVC." (autoria: Poder Legislativo Municipal - Vereador Hamilton Rademacker Pereira); Parecer ao Projeto de Lei n. 123/2025 - "dispõe sobre a adoção de procedimentos e medidas necessárias à transição de governo no âmbito do Poder Executivo Municipal de Parnamirim/RN e dá outras providências." (autoria: Poder Legislativo Municipal - Vereadora Rárika de Araújo Bastos); Parecer ao Projeto de Lei n. 180/2025 -

"reconhece de utilidade pública a Associação Amigos de Skate Parnamirim no Município de Parnamirim/RN." (autoria: Poder Legislativo Municipal - Vereadora Rhalessa Cledylane Freire dos Santos); Parecer ao Projeto de Lei n. 233/2025 - "institui o Dia de Conscientização sobre o 'Outubrinho Rosa' no âmbito do Município de Parnamirim/RN." (autoria: Poder Legislativo Municipal - Vereadora Raphaela da Silva Cruz); Parecer ao Projeto de Lei n. 248/2025 - "institui, no âmbito do Município de Parnamirim/RN, o Dia de São Francisco de Assis - padroeiro da Capela São Francisco de Assis, do bairro Vale do Sol, e dá outras providências." (autoria: Poder Legislativo Municipal - Vereador Michael Borges de Souza Bernardino); Pareceres da Comissão Permanente de Finanças, Orçamento e Fiscalização Financeira: Parecer ao Projeto de Lei n. 262/2025 - "dispõe sobre a alteração, adição e supressão de dispositivos na Lei n. 2.025, de 2 de abril de 2020, e da Lei n. 2.418, de 10 de agosto de 2023, para atualizar o valor mensal do auxílio-alimentação para os servidores efetivos e comissionados da Câmara Municipal de Parnamirim/RN e sobre a revogação do art. 17 da Lei Complementar n. 270, de 3 de abril de 2024, do Município de Parnamirim/RN." (autoria: Poder Legislativo Municipal - Mesa Diretora); Parecer ao Projeto de Lei n. 263/2025 - "dispõe sobre a alteração da Lei n. 2.337, de 24 de outubro de 2022, para atualizar o valor mensal do auxílio de assistência à saúde pago aos servidores efetivos da Câmara Municipal de Parnamirim/RN e sobre a revogação expressa do art. 18 da Lei Complementar n. 270, de 3 de abril de 2024, do Município de Parnamirim/RN." (autoria: Poder Legislativo Municipal - Mesa Diretora). O 1º secretário informou que o expediente foi lido. A presidente interina agradeceu ao 1º secretário a leitura do expediente e abriu as inscrições para o uso da tribuna. Em seguida, informou o resultado das inscrições que teve como oradores inscritos os (as) vereadores (as): Gabriel César, Michael Borges, Thiago Fernandes e Rárika Bastos. A presidente interina Rárika Bastos convidou o vereador Gabriel César para ocupar a tribuna. Na tribuna, o vereador Gabriel César saudou a todos e iniciou seu pronunciamento informando que, na última semana, realizou visitas a algumas Unidades Básicas de Saúde (UBS), destacando a UBS de Pirangi do Norte, onde se deparou com uma situação caótica. Relatou ter recebido denúncia de que a unidade não estava realizando vacinação dos pacientes da região e, ao comparecer ao local para averiguar

os fatos, constatou que o prédio se encontra totalmente deteriorado, com paredes infiltradas, estouradas e com mofo. Ressaltou tratar-se de um prédio antigo e lembrou que já havia cobrado melhorias estruturais para ele no ano anterior, ainda na gestão passada. Chamou atenção, além da situação da sala de vacina, para a sala destinada aos agentes de saúde, afirmando ser muito pequena e insalubre, com forte presença de mofo, ambiente extremamente quente e inadequado para o trabalho. Relatou que os profissionais enfrentam a opção de trabalhar com janelas abertas, sofrendo com o calor, ou com o ar-condicionado ligado, em ambiente abafado e com mofo. Acrescentou que há mesas improvisadas com cabos de vassoura e que o almoxarifado também apresenta mofo, concluindo que a unidade não tem condições de continuar funcionando naquele prédio. Defendeu que a prefeitura resolva a situação a curto prazo, providenciando outro local para funcionamento da UBS, por meio da Secretaria Municipal de Saúde. Mencionou que, além da precariedade estrutural, a unidade não está realizando vacinação por não dispor de geladeira ou freezer adequados para armazenamento das vacinas. Informou que foi relatada uma doação do vereador Michael Borges de equipamento para solucionar essa questão, mas que teria ocorrido problema na parte elétrica, impossibilitando seu uso. Afirmou que a estrutura atual não comporta a instalação de câmara fria ou equipamentos apropriados para as vacinas. Reforçou a necessidade de a unidade ir para outro local. Reforçou a necessidade de a Secretaria de Saúde avaliar a situação com urgência, resolver o problema do mofo e da estrutura física em caráter imediato e providenciar novo espaço para funcionamento da UBS, ou até mesmo avaliar a possibilidade de construção de nova UBS em área disponível na região. Finalizou cobrando providências da prefeita Nilda e do secretário Lealdo. Destacou que, provisoriamente, segundo informação da diretora da unidade, tem sido realizada vacinação às quartas-feiras, durante um período da tarde, com deslocamento de equipe levando as vacinas em recipiente térmico de isopor. Ressaltou que esse modelo é insuficiente, pois os usuários que não conseguem comparecer no horário estabelecido precisam aguardar a semana seguinte, o que dificulta o acesso, especialmente para quem enfrenta problemas de deslocamento. Deu continuidade concedendo um aparte ao vereador Irani Guedes, presidente da Comissão

Permanente de Saúde. Em aparte, o vereador Irani Guedes cumprimentou o orador e afirmou que o tema da UBS de Pirangi já vem sendo debatido há mais de um ano. Informou que, há cerca de 03 (três) meses, uma equipe da Secretaria Municipal de Saúde, juntamente com agentes comunitários de saúde e servidores da localidade, está em busca de imóveis no litoral de Pirangi para locação, com a finalidade de transferir a UBS. Relatou que 03 (três) casas já foram visitadas, mas nenhuma apresentou condições adequadas para comportar a unidade. Explicou que alguns imóveis possuem primeiro andar e que é inviável a instalação de salas de atendimento médico no andar superior, devido a questão da acessibilidade para os pacientes. Acrescentou que, ainda na gestão anterior, foi solicitado aumento da força de energia elétrica na rua onde funciona a atual unidade, para que fosse possível reforçar a capacidade interna da UBS e permitir a instalação adequada da geladeira. Destacou que ocorrem quedas de energia com frequência em Pirangi. Ressaltou que vacinas não podem ser armazenadas em locais sujeitos a quedas de energia, pois uma queda prolongada pode comprometer e inutilizar todas as vacinas. Por esse motivo, esclareceu que há mais de um ano não há vacinação regular na UBS de Pirangi, sendo adotado o modelo mencionado em que uma equipe da Secretaria de Saúde se desloca uma vez por semana com veículo e caixa térmica, similar ao utilizado em campanhas de vacinação, para aplicação das doses no local. Informou ainda que continuam as buscas por um imóvel que comporte adequadamente a UBS de Pirangi. Reforçou que não é possível instalar uma UBS em ambiente insalubre. Finalizou seu aparte reconhecendo que a situação da UBS de Pirangi é delicada e parabenizando o vereador Gabriel César por trazer o tema à tribuna. Na tribuna, o vereador Gabriel César ressaltou a importância das informações trazidas pelo vereador Irani Guedes a respeito da busca por um novo local para funcionamento da unidade. Reforçou que a situação enfrentada na unidade é muito grave e deu continuidade concedendo um aparte ao vereador Marquinhos da Climep. Em aparte, o vereador Marquinhos da Climep saudou a todos e destacou que a situação mencionada não ocorre apenas em Pirangi, citando como exemplo a UBS do Parque de Exposições, que enfrenta dificuldades semelhantes há cerca de 03 (três) anos. Informou que, inclusive, existe determinação do Ministério Público para que seja buscado outro imóvel para funcionamento

desta UBS, a fim de garantir melhores condições de atendimento à população. Ressaltou que, embora as condições sejam limitadas, a unidade continua funcionando para atender a comunidade, dentro das suas possibilidades. Explicou que agentes de saúde, direção da unidade e a própria comunidade têm buscado um imóvel para alugar, mas não tem sido fácil. Mencionou a dificuldade enfrentada na legislatura passada para encontrar um imóvel que pudesse sediar o Centro de Atenção Psicossocial II (CAPS-II), relatando que após muita articulação, foi encontrado o espaço no antigo Tia Maria. Falou da importância da colaboração da comunidade e dos vereadores nesse processo, especialmente daqueles que mantêm contato direto com os bairros, sugerindo que, ao identificarem imóveis que possam comportar UBSs e que estejam com documentação regularizada e dentro das exigências legais, informem à prefeitura e à Secretaria de Saúde para avaliação. Disse que, enquanto não se encontra um imóvel adequado, é necessário manter o funcionamento das unidades existentes, pois o mais importante é não deixar a população sem atendimento de saúde. Finalizou seu aparte reafirmando que todos devem somar esforços para buscar soluções. Na tribuna, o vereador Gabriel César, agradeceu ao vereador Marquinhos da Climep pela sugestão apresentada, mas destacou que a responsabilidade de executar e buscar soluções estruturais é do Poder Executivo. Ressaltou que a atuação do vereador possui limitações institucionais, não sendo possível assumir atribuições que cabem à gestão municipal. Avaliou que, se a Secretaria de Saúde não consegue encontrar um imóvel para funcionamento da UBS e também não apresenta alternativa para construção de uma nova UBS, trata-se de um "atestado de incompetência". Mencionou que o vereador Marquinhos da Climep disse custear algumas situações para manter o funcionamento das unidades, parabenizando-o pela atitude de contribuir para que a comunidade não fique desassistida, mesmo diante da ausência de soluções por parte da gestão municipal e reforçou que a solução definitiva depende do Poder Executivo. Em seguida, concedeu um aparte ao vereador Michael Borges. Em aparte, o vereador Michael Borges parabenizou o tribuno pelo trabalho de fiscalização realizado na UBS do litoral. Afirmou que vem acompanhando a situação da unidade há algum tempo e que o problema não é recente. Disse que já foram buscadas algumas soluções paliativas para

amenizar as dificuldades, porém trata-se de uma situação estrutural crônica, pois o prédio onde funciona a UBS é antigo e apresenta sérios problemas estruturais. Informou que já foi apresentada proposta de ampliação da sala destinada aos agentes de saúde, aproveitando um pequeno espaço existente na parte posterior do imóvel, o que permitiria criar um ambiente adicional para melhorar as condições de trabalho. Recordou ainda que, na gestão passada, foi realizada uma pequena reforma na unidade, o que trouxe algum alívio momentâneo, embora os problemas estruturais tenham permanecido. Destacou que uma das principais dificuldades está relacionada à parte elétrica, que considera um problema generalizado no município. Explicou que Parnamirim vem se consolidando como uma cidade cada vez mais madura, mas muitos prédios públicos não passaram por revisões estruturais. Citou como exemplo o caso do Centro Clínico de Especialidades de Parnamirim (CCPAR), onde houve dificuldade para instalação de um aparelho de Raio-x devido à fiação antiga. Mencionou também a situação na área da educação, em que diversos aparelhos de ar-condicionado foram adquiridos, mas, no momento da instalação, constatou-se que a rede elétrica das escolas não suportava os aparelhos. Disse que muitos desses prédios públicos foram construídos durante a gestão do ex-prefeito Agnelo Alves, período em que o município viveu um grande crescimento em termos de infraestrutura. Entretanto, desde então, poucos novos equipamentos públicos foram construídos, e os existentes passaram apenas por reformas estéticas ou funcionais, sem a devida atualização da rede elétrica. Diante desse cenário, avaliou que um dos grandes desafios da atual gestão será realizar uma revisão completa da infraestrutura elétrica dos prédios públicos do município, pois os vereadores têm frequentemente trazido à tribuna problemas relacionados à queima de equipamentos e falhas de funcionamento decorrentes dessa deficiência. Como exemplo, mencionou o *freezer* destinado ao armazenamento de vacinas na UBS de Piranji, que foi encaminhado recentemente, mas acabou queimando devido à precariedade da rede elétrica e às constantes quedas de energia. Acrescentou que situações semelhantes podem ocorrer com outros equipamentos, como autoclaves adquiridas pelo município, que também podem sofrer danos caso a infraestrutura elétrica dos prédios não seja adequada. Finalizou seu aparte destacando que muitos problemas enfrentados

atualmente decorrem da necessidade de adequação da parte elétrica. Na tribuna, o vereador Gabriel César deu continuidade abordando a situação do atendimento odontológico na rede pública de saúde. Relatou que esteve recentemente na UPA de Nova Esperança após tomar conhecimento de um curto-circuito na parte elétrica da unidade, que provocou interrupção temporária no fornecimento de energia. Explicou que o gerador foi acionado e conseguiram manter o funcionamento de setores essenciais, como as áreas amarela e vermelha. Posteriormente, o problema elétrico foi solucionado, mas houve um período sem atendimentos. Durante a visita, informou que verificou o funcionamento do setor de urgência odontológica, que atualmente funciona na UPA. Disse que esteve na unidade na segunda-feira à tarde e constatou que não havia dentista atendendo no período diurno. No dia seguinte, retornou ao local para verificar novamente a situação e encontrou um dentista que lhe informou que a escala não tem sido totalmente preenchida devido à quantidade reduzida de profissionais, acrescentando que alguns estão perto do período de férias. Disse que nos próximos dias não haverá atendimento odontológico de urgência durante o período diurno na quarta, quinta e sexta-feira dessa semana. Disse não ter recebido confirmação sobre o funcionamento nos finais de semana, mas destacou que o problema pode ser ainda mais grave nesses períodos, quando muitas UBSs permanecem fechadas. O parlamentar também mencionou que existe uma equipe odontológica fixa atuando no Penitenciária Estadual de Parnamirim (PEP), composta por dentista e técnico em saúde bucal, responsável por atender semanalmente os internos da unidade. Diante disso, sugeriu que a gestão reavalie a distribuição dos profissionais, priorizando o atendimento à população nas unidades de urgência e UBSs. Destacou que uma pessoa que cometeu um crime e está preso tem dentista, mas o cidadão pagador de impostos não tem. Outro ponto destacado foi a falta de insumos básicos no atendimento odontológico. Disse que uma dentista lhe informou que está faltando um material chamado esponja de fibrina, utilizado para estancar sangramentos. De acordo com o relato apresentado, quando o material não está disponível, a dentista pede para os pacientes comprarem o insumo e, em alguns casos, a dentista chega a adquirir o material com recursos pessoais para garantir o atendimento. Destacou que a prefeita tem anunciado que

está resolvendo as questões odontológicas, mas na prática não está. Também mencionou relatos de falta de antibióticos, anti-inflamatórios e analgésicos mais potentes, que seriam necessários para o tratamento de pacientes após procedimentos odontológicos. Destacou que, muitas vezes, os pacientes não têm condições financeiras de adquirir esses medicamentos após o atendimento. Citou a situação da UBS do Jardim Planalto, onde existem 03 (três) equipes de saúde bucal, mas apenas 02 (duas) cadeiras odontológicas instaladas, sendo que uma delas estaria quebrada, restando apenas uma em funcionamento. Também mencionou a presença de mofo na sala de atendimento. Diante dos relatos, questionou as prioridades da gestão municipal na área da saúde. Finalizou seu pronunciamento reforçando que seu papel como parlamentar é fiscalizar e cobrar melhorias, solicitando que a Secretaria Municipal de Saúde analise a situação e adote as providências necessárias para garantir atendimento adequado à população. Neste momento a presidente interina Rarika Bastos deu continuidade convidando o vereador Michael Borges para fazer uso da tribuna. Na tribuna, o vereador Michael Borges saudou a todos, em especial a Miss Rio Grande do Norte presente no Plenário, destacando que o título de miss representa não apenas beleza, mas também força e empatia. Em seguida, pediu que os presentes imaginassem a situação de um pai ou uma mãe que envia seu filho à escola e que se depara com uma notícia informando que o diretor daquela escola foi preso, acusado de crimes como assédio e estupro de vulnerável. Refletiu sobre o profundo sentimento de impotência e indignação que essa situação gera. Destacou que, na semana anterior, a Câmara Municipal aprovou um projeto de lei de sua autoria que proíbe o acesso a cargos públicos municipais por pessoas condenadas pelo crime de estupro de vulnerável. Esclareceu que o projeto não foi apresentado especificamente em razão de um caso recente divulgado pela imprensa. Disse que o projeto foi apresentado com o objetivo de criar mecanismos de proteção às crianças e adolescentes e de impedir que pessoas condenadas por esse tipo de crime tenham contato com menores no exercício de funções públicas. Falou que infelizmente não é possível identificar previamente indivíduos que praticam esse tipo de crime. Por isso, ressaltou a importância de que o poder público estabeleça regras claras para impedir que pessoas condenadas por esses delitos ocupem

cargos que possam colocá-las em contato com crianças. Informou que o projeto foi aprovado por unanimidade pelos vereadores desta Casa, demonstrando o consenso entre os parlamentares quanto à necessidade de proteger crianças e adolescentes. Acrescentou que a matéria agora segue para sanção da prefeita Nilda e manifestou expectativa de que, em breve, seja publicada no Diário Oficial como lei municipal. O vereador Michael Borges deu continuidade concedendo um aparte ao vereador Gabriel César. Em aparte, o vereador Gabriel César agradeceu ao vereador Michael Borges pela concessão da palavra e relatou que tomou conhecimento do caso citado na sexta-feira anterior à prisão preventiva do indivíduo. Relatou que uma pessoa que denunciou a situação o procurou em seu Gabinete e apresentou documentos, entre eles uma ata de reunião do conselho escolar. Disse que o caso teria ocorrido em junho de 2023, quando o então diretor teria enviado mensagens por meio de redes sociais assediando adolescentes entre 14 (quatorze) e 15 (quinze) anos. Mencionou que, conforme os relatos recebidos, os estudantes teriam procurado o presidente do conselho escolar para informar sobre as mensagens e apresentar registros das conversas. Diante disso, foi realizada uma reunião, cujo conteúdo foi registrado em ata. Disse que nesse documento o diretor teria admitido o envio das mensagens, afirmando estar arrependido, e em determinado momento teria atribuído culpa às próprias vítimas. O vereador Gabriel César informou ainda que, conforme lhe foi relatado, o caso já havia sido comunicado ao Ministério Público e à Delegacia Especializada na Proteção da Criança e do Adolescente (DPCA), que passou a conduzir as investigações. Destacou que a prisão do suspeito ocorreu na segunda-feira e que ficou estarecido com o que aconteceu. Disse que pensou em como poderia ajudar enquanto parlamentar e foi até em frente à escola Maria Cristina, onde a pessoa citada era o diretor. Apontou crítica à atuação da 2ª Diretoria Regional de Educação (2ª DIREC). Segundo ele, pelo que foi divulgado nas redes sociais, alguns professores e integrantes do conselho escolar teriam comunicado o caso à direção regional, mas, de acordo com as informações recebidas, o gestor não teria sido afastado administrativamente enquanto as investigações estavam em andamento. Disse que “o lobo continuou cuidando das ovelhas”. Falou que, diante de indícios, seria prudente que houvesse o afastamento dele. Disse que está com cópia

da ata citada, a qual foi postada nas redes sociais, e reforçou que a situação é muito grave, especialmente considerando que os fatos relatados teriam ocorrido em 2023 e que o gestor teria permanecido no cargo posteriormente. Elogiou o projeto de lei apresentado pelo vereador Michael Borges e pediu à Mesa Diretora celeridade na tramitação da proposta. Esclareceu questionamentos que recebeu sobre uma homenagem realizada pela Câmara Municipal à escola Maria Cristina. Explicou que não tinha conhecimento do ocorrido nessa ocasião e que a homenagem foi destinada à instituição e não ao diretor. Informou que o nome do gestor apareceu nas imagens por ocupar o cargo à época da homenagem, representando a escola. Finalizou seu aparte informando que pretende verificar junto ao setor legislativo se existe alguma honraria concedida diretamente ao indivíduo e, caso exista, avaliar as medidas possíveis para sua retirada. Na tribuna, o vereador Michael Borges concordou com as colocações feitas pelo vereador Gabriel César e reforçou que, como havia mencionado anteriormente, não é possível identificar esse tipo de pessoa apenas em olhar para elas. Disse que muitas vezes indivíduos que cometem crimes graves são pessoas consideradas bem-vistas socialmente. No entanto, ressaltou que existe uma "parte nebulosa" da vida dessas pessoas que só vem à tona quando surgem denúncias. Reafirmou que o projeto de lei de sua autoria foi aprovado por unanimidade nesta Câmara Municipal. Mencionou que existem estudos que apontam a existência de relação entre maus-tratos a animais e a prática de outros crimes. Falou que diversas pesquisas indicam que indivíduos que começam praticando violência contra animais podem, posteriormente, cometer delitos mais graves, sendo esse um comportamento frequentemente associado a perfis psicopáticos de assassinos ou sociopatas. Recordou um episódio ocorrido anteriormente na escola citada no debate, quando moradores da região que costumavam alimentar gatos na calçada em frente à unidade escolar teriam sido proibidos de continuar com a prática. Na ocasião, relatou que houve mobilização e diálogo com a comunidade para evitar que houvesse penalização das pessoas que cuidavam dos animais, que era o objetivo do diretor. Ao relacionar esse episódio com as denúncias recentes, o tribuno afirmou que a situação reforça sua convicção sobre a importância de observar sinais de comportamentos de maus tratos em animais. Finalizou seu

pronunciamento defendendo que pessoas que praticam crimes devem responder perante a lei. Neste momento a presidente interina Rárika Bastos afirmou que gostaria de complementar o debate trazendo a reflexão sobre o processo de adultização das crianças. Disse que isso pode acabar sendo utilizado por abusadores como estratégia para a prática de violências, motivo pelo qual considera fundamental que o tema seja debatido no âmbito do Poder Legislativo. Ressaltou que essa é uma pauta que vem sendo trazida pelo vereador Thiago Fernandes à Casa Legislativa e que precisa ser amplamente discutida. Acrescentou que a adultização vivenciada por crianças tem se tornado uma porta aberta para práticas de libertinagem, inclusive em ambientes que deveriam ser espaços de segurança para as crianças. Em seguida a presidente interina Rárika Bastos convidou o vereador Thiago Fernandes para fazer uso da tribuna. Na tribuna, o vereador Thiago Fernandes saudou a todos, destacando a presença da Miss Rio Grande do Norte, Luísa Castro, que receberia uma moção de aplausos pela trajetória no Miss RN e pela participação no Miss Brasil, onde ficou entre as 10 (dez) melhores colocadas. Também cumprimentou representantes da empresa Lux, ressaltando que o empreendimento leva o nome de Parnamirim para diversos lugares do país e que tem participação na iluminação natalina de várias cidades, incluindo o conhecido evento Natal Luz, da cidade de Gramado. Na sequência, relatou uma visita realizada no dia anterior ao Centro Municipal de Educação Infantil (CMEI) Wilson Santos, localizado no bairro Vale do Sol, juntamente com o vereador Professor Ítalo. Disse que a ida à unidade ocorreu após denúncias recebidas tanto de servidores da própria escola quanto de familiares de alunos. Durante a fiscalização, relatou ter encontrado diversas situações que considera preocupantes. Entre elas, citou problemas na área externa relacionados à instalação de aparelhos de ar-condicionado, destacando a necessidade de proteção adequada e de medidas para evitar o acúmulo de água proveniente do funcionamento dos equipamentos, o que estaria provocando infiltrações e deterioração da estrutura. Também mencionou problemas nos banheiros da unidade, como azulejos quebrados e buracos na parede, que podem representar risco de acidentes para as crianças. Outro ponto que classificou como mais grave foi a presença de fios expostos na área do parque infantil, local destinado ao lazer das crianças.

Mencionou a redução da quantidade de areia no espaço, o que tem causado buracos no terreno, a presença da fiação aparente aumenta o risco de acidentes, especialmente em dias de chuva. Destacou que, em situações como essa, o risco é ainda maior, pois muitas crianças não têm plena noção do perigo. Disse que tem feito indicações e que está em contato com a Secretaria Municipal de Educação, acrescentando que a gestão escolar informou que diversos pedidos de manutenção já foram encaminhados, mas os problemas persistem. Mencionou a existência de uma cratera aberta em uma área cimentada próxima ao espaço de circulação das crianças, apontando que o local pode causar acidentes. Também solicitou providências quanto à limpeza e manutenção do entorno da escola, citando a necessidade de retirada de mato alto e de poda de árvores próximas ao prédio. Disse que apesar de a escola possuir alguns aparelhos de ar-condicionado, nem todos conseguem funcionar adequadamente devido à limitação da infraestrutura elétrica. Como alternativa imediata, sugeriu que a escola solicite a substituição de alguns aparelhos de ar-condicionado que não estariam funcionando adequadamente. Citou a situação da Escola Municipal Jussier Santos, que já adquiriu, com recursos próprios do programa Recurso Orçamentário Municipal (ROM), toda a fiação necessária para a modernização da rede elétrica, porém ainda aguarda o envio de equipe técnica da Secretaria Municipal de Educação para realizar a instalação. Diante disso, solicitou que a Secretaria dê prioridade à resolução dessas demandas, tanto na Escola Jussier Santos quanto no CMEI Wilson Santos. O vereador Thiago Fernandes deu continuidade concedendo um aparte ao vereador Gabriel César. Em aparte, o vereador Gabriel César afirmou já ter visitado a unidade escolar citada e relatou que também encaminhou ofícios solicitando providências, mas até o momento nenhuma mudança efetiva foi realizada. Acrescentou que o próprio prédio da Secretaria Municipal de Educação também apresenta problemas estruturais. Relembrou um episódio em que um cidadão que passava pelo local teria sido atingido por parte do telhado do prédio. Disse que se o prédio da própria Secretaria já apresenta deterioração, a situação nas unidades escolares pode ser ainda mais preocupante. Mencionou promessas relacionadas à entrega de fardamento escolar no início do ano letivo que ainda não foram cumpridas. Disse que o ano já se aproxima do fim sem que os alunos

tenham recebido o material ou algum cartão para aquisição dos uniformes. Além disso, citou problemas recorrentes envolvendo merenda escolar e transporte. Destacou necessidade de planejamento por parte da gestão pública. Lembrou que foi realizada uma Audiência Pública sobre o tema e que, na ocasião, foram discutidas possíveis melhorias e planejamentos para a educação, mas até o momento não houve mudanças. Finalizou seu aparte parabenizando o vereador Thiago Fernandes pela iniciativa de fiscalizar a situação das escolas e reforçou que continuará cobrando melhorias para a educação do município de Parnamirim. Na tribuna, o vereador Thiago Fernandes lembrou que ele e outros parlamentares, como o vereador Jonas Godeiro, já haviam solicitado o planejamento citado. Solicitou à Presidência a concessão do tempo de liderança para concluir o assunto e deu continuidade reforçando que algumas escolas e CMEIs do município já passaram por reformas, porém existem unidades em situação de extrema urgência, que precisam de atenção imediata do Poder Executivo. Sobre a questão do fardamento escolar, afirmou que, em determinado momento, foi discutida a possibilidade de entrega por meio de cartão para aquisição dos uniformes, mas que o assunto deixou de ser mencionado. Ressaltou entender que não há mais tempo hábil para resolver a situação do ano em curso, pontuando que é necessário que haja organização e definição para o próximo ano. Na sequência, concedeu aparte ao vereador Professor Ítalo. Em aparte, o vereador Professor Ítalo saudou a todos e afirmou que esse momento de fiscalização das unidades escolares é importante. Disse que a educação deve ser conduzida com planejamento e que o período atual é justamente o momento adequado para organizar o próximo ano. Explicou que, durante muitos anos, não foram realizadas reformas significativas nas escolas do município. Reconheceu que atualmente algumas unidades vêm passando por reformas e avaliou que há trabalhos positivos sendo executados, mas ressaltou que ainda existem escolas em situação bastante difícil. Defendeu a descentralização de recursos para as unidades escolares, permitindo que os próprios gestores possam realizar pequenos reparos. Relatou que já discutiu esse tema com outros parlamentares, citando que os recursos existentes atualmente são limitados. Mencionou o modelo utilizado na rede estadual, no qual o caixa escolar pode receber emendas parlamentares para execução direta pelas escolas, mediante prestação de

contas. Disse que essa prática poderia ajudar a resolver demandas específicas, como melhorias na rede elétrica e instalação de ar-condicionado. Citou o caso da escola Jussier Santos, onde haveria uma emenda no valor de R\$ 100.000,00 (cem mil reais) destinada à melhoria da parte elétrica e à instalação de equipamentos de climatização, mas que o recurso ainda não chegou ao caixa escolar. Sugeriu que o município avalie a possibilidade de permitir que as escolas recebam recursos provenientes de emendas dos vereadores, de forma semelhante ao que ocorre na área da saúde, reforçando que a descentralização e o planejamento são elementos fundamentais para melhorar a gestão da educação. Finalizou seu aparte parabenizando o vereador Thiago Fernandes pela pauta apresentada. Na tribuna, o vereador Thiago Fernandes deu continuidade afirmando que este é o momento adequado para os ajustes. Ressaltou que compreende que intervenções estruturais mais complexas demandam mais tempo para execução, mas ajustes menores podem ser iniciados. Em seguida, mencionou a Audiência Pública realizada no dia anterior para discutir a situação do bairro Encanto Verde. Registrou a ausência de representantes do Poder Executivo municipal, informando que apenas a Secretaria Municipal de Serviços Urbanos (SEMSUR) enviou representação, por meio da assessora Valquíria Fonseca. Afirmou que essa ausência prejudica principalmente a população. Relatou que além dele, estiveram presentes o vereador Gabriel César, os parlamentares da capital Preto Aquino, João Batista e Subtenente Eliabe, reforçando o compromisso de continuar lutando pelas melhorias reivindicadas pela população da região. Em seguida, mencionou que recebeu a notícia de que, no dia anterior, a UPA teria permanecido cerca de 03 (três) horas sem médico, situação que classificou como inadmissível para um serviço de atendimento de urgência. Além disso, relatou ter recebido um idoso de 91 (noventa e um) anos que estaria aguardando transferência para o Hospital Giselda Trigueiro, permanecendo no corredor sem sequer dispor de maca própria, utilizando uma maca cedida pelo Serviço de Atendimento Móvel de Urgência (SAMU). Afirmou que situações como essa evidenciam graves problemas na rede de saúde e que esse caso do idoso configuraria crime de negligência. Encerrando seu pronunciamento, afirmou que a realidade vivenciada pela população muitas vezes é diferente da imagem apresentada nas redes sociais. Dando

continuidade, a vereadora Rárika Bastos ocupou a tribuna. Na tribuna, a vereadora Rárika Bastos, saudou a todos e solicitou o apoio da equipe de apoio para a exibição do material que havia levado para apresentação. Inicialmente, parabenizou a equipe de comunicação desta Câmara Municipal pelo trabalho realizado, que classificou como oportuno, rápido e de grande qualidade. Relatou que, no dia anterior, foi sancionada a lei que torna o Cajueiro de Pirangi patrimônio do município e destacou a produção de um vídeo institucional curto e eficiente, elaborado pela equipe de comunicação da Casa, ressaltando o cuidado e o compromisso dos profissionais com a divulgação das ações do Poder Legislativo. Neste momento foi exibido o referido vídeo no telão. Em seguida, afirmou que a conquista é fruto de Audiência Pública realizada nesta Câmara Municipal, bem como de debates e construções coletivas, que resultaram no reconhecimento do Cajueiro de Pirangi como patrimônio material, cultural e natural do município. Em seguida, ainda no momento de parabenizações, registrou a adesão dos (as) vereadores (as) Rhalessa de Clênio, Thiago Fernandes, Eurico da Japão e Léo Lima à Frente Parlamentar de Promoção e Defesa da Igualdade Racial. Informou que assumirá a Presidência da referida frente parlamentar e disse que a iniciativa marca uma das ações relacionadas ao mês alusivo à Consciência Negra. Anunciou que, no dia 18 (dezoito), será realizada nesta Câmara Municipal a entrega da Comenda Zumbi dos Palmares e no dia 19 (dezenove) ocorrerá uma ação da Câmara Cultural na Comunidade Moita Verde, ocasião em que a Câmara Municipal registrará, juntamente com o Poder Executivo, o reconhecimento da existência de um quilombo no município, ressaltando a necessidade de atuação conjunta com o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) e com a Fundação Palmares. Prosseguindo, informou que no dia 25 (vinte e cinco) será realizada uma Audiência Pública para discutir a educação antirracista, tema que precisa ser fortalecido no ambiente escolar, especialmente no que diz respeito ao combate ao racismo e à xenofobia. Na sequência, agradeceu à equipe do Departamento de Processo Legislativo (DPL) pela celeridade na tramitação dos processos legislativos e aproveitou para convidar os vereadores para participarem da Audiência Pública que ocorrerá nesta noite, às 18h (dezoito horas), destinada a tratar sobre o processo de cadastramento dos ambulantes, previsto em legislação, de

autoria do vereador Irani Guedes, que regulamenta a atividade do ambulante. Informou que a audiência contará com a participação da SEMSUR, da Secretaria Municipal de Turismo e Desenvolvimento Econômico (SETUDE) e do Grupo de Ciência e Tecnologia da Informação e Inovação (GCTI), para debater temas relacionados ao cadastramento e ao reconhecimento desses trabalhadores como integrantes da economia do município. Finalizou sua fala agradecendo a atenção de todos. Neste expediente, após a verificação inicial, foi constatado também a presença dos (as) vereadores (as): Diego Américo de Carvalho, Ítalo de Brito Siqueira, José Afrânio Bezerra da Silva, Marcos Antônio Gomes da Silva, Michael Borges de Souza Bernardino e Rhalessa Cledylane Freire dos Santos. Ausentes os (as) vereadores (as): Ana Carolina Carvalho de Lima Pires, Eder Rodrigues de Queiroz e Raphaela da Silva Cruz. A *presidente interina Rárika Bastos deu continuidade solicitando aos vereadores o registro da frequência para o início da ordem do dia*. Verificando a relação de presentes, foi constatado que se encontravam no Plenário desta Casa Legislativa os vereadores: Diego Américo de Carvalho, Gabriel César de Oliveira Siqueira, Hamilton Rademacker Pereira, Ítalo de Brito Siqueira, Irani Guedes de Medeiros, Jonas Monteiro Carlos Godeiro, José Michael Lucena Diniz, Marcos Antônio Gomes da Silva, Michael Borges de Souza Bernardino, Rárika de Araújo Bastos, Rhalessa Cledylane Freire dos Santos, Rodrigo Albuquerque Cruz, Rômulo Dantas da Silva e Thiago Fernandes da Silva. Atingido o quórum de deliberação exigido, procedeu-se à votação das matérias, colocando em única discussão, em única votação: \*Projeto de Lei n. 262/2025 - "dispõe sobre a alteração, adição e supressão de dispositivos na Lei n. 2.025, de 2 de abril de 2020 e da Lei n. 2.418, de 10 de agosto de 2023, para atualizar o valor mensal do auxílio-alimentação para os servidores efetivos e comissionados da Câmara Municipal de Parnamirim/RN e sobre a revogação do art. 17 da Lei Complementar n. 270, de 3 de abril de 2024, do município de Parnamirim/RN." (autoria: Poder Legislativo Municipal - Mesa Diretora) \*Projeto em tramitação em regime de urgência conforme Requerimento Legislativo n. 390/2025 aprovado na 118ª Sessão Ordinária, dia 11 de novembro de 2025 - em discussão, o vereador Thiago Fernandes disse que iria discutir os 02 (dois) projetos em pauta, sendo o Projeto de Lei n. 262/2025 e o Projeto de Lei n. 263/2025, ambos de autoria da Mesa Diretora.

Informou que as proposições fazem parte do conjunto de benefícios anunciados no Dia do Servidor, destinados aos servidores da Câmara Municipal de Parnamirim. Ressaltou que esses projetos representam as primeiras medidas desse conjunto de ações voltadas aos servidores desta Casa. Destacou tratar-se de uma justa forma de reconhecimento ao trabalho desempenhado por aqueles que fazem acontecer e que contribuem diariamente para o funcionamento das atividades e da rotina da Casa Legislativa. Acrescentou que os projetos estão sendo apreciados com apenas uma discussão e uma votação em razão de estarem tramitando em regime de urgência. Finalizou sua fala parabenizando os servidores da Câmara Municipal de Parnamirim. Encerrada a discussão, o Projeto de Lei n. 262/2025 recebeu 13 (treze) votos favoráveis, nenhum voto desfavorável e nenhuma abstenção – proposição aprovada. O 1º secretário solicitou, em Requerimento Verbal, a dispensa da leitura e da votação da redação final do Projeto de Lei n. 262/2025. A presidente interina aceitou o pedido, submeteu ao Plenário em única discussão e única votação, sendo aprovado pelos parlamentares presentes; \*Projeto de Lei n. 263/2025 – “dispõe sobre a alteração da Lei n. 2.337, de 24 de outubro de 2022 para atualizar o valor mensal do auxílio de assistência à saúde pago aos servidores efetivos da Câmara Municipal de Parnamirim/RN e sobre a revogação expressa do art. 18 da Lei Complementar n. 270, de 3 de abril de 2024, do município de Parnamirim/RN.” (autoria: Poder Legislativo Municipal – Mesa Diretora) \*Projeto em tramitação em regime de urgência conforme Requerimento Legislativo n. 390/2025 aprovado na 118ª Sessão Ordinária, dia 11 de novembro de 2025 - recebeu 13 (treze) votos favoráveis, nenhum voto desfavorável e nenhuma abstenção – proposição aprovada. O 1º secretário solicitou, em Requerimento Verbal, a dispensa da leitura e da votação da redação final do Projeto de Lei n. 263/2025. A presidente interina aceitou o pedido, submeteu ao Plenário em única discussão e única votação, sendo aprovado pelos parlamentares presentes; Em 2ª (segunda) discussão, em 2ª (segunda) votação: Projeto de Lei n. 223/2025 – “cria o Dia Municipal das Empregadas Domésticas e Diaristas, instituindo a data no calendário oficial de eventos do município de Parnamirim/RN, e dá outras providências.” (autoria: Poder Legislativo Municipal – vereador Marcos Antônio Gomes da Silva) - recebeu 13 (treze) votos

favoráveis, nenhum voto desfavorável e nenhuma abstenção - proposição aprovada; Projeto de Lei n. 225/2025 - "instituí a 'Semana Municipal de Prevenção à Leishmaniose e outras Zoonoses' e dá outras providências." (autoria: Poder Legislativo Municipal - vereador Jonas Monteiro Carlos Godeiro) - recebeu 13 (treze) votos favoráveis, nenhum voto desfavorável e nenhuma abstenção - proposição aprovada; Em única discussão, em única votação: Requerimento Legislativo n. 382/2025 - "requer autorização para se ausentar das suas atividades no período de 17 a 24 de novembro de 2025." (autoria: Poder Legislativo Municipal - vereador Ítalo de Brito Siqueira) - recebeu 13 (treze) votos favoráveis, nenhum voto desfavorável e nenhuma abstenção - proposição aprovada; Requerimento Legislativo n. 383/2025 - "requer, ouvido o Plenário, a inclusão em pauta do Projeto de Lei n. 132/2021, de sua própria autoria, para fins de reapresentação da matéria, após a realização de ajustes técnicos, propiciando o retorno regular de tramitação da propositura, nesta Casa Legislativa." (autoria: Poder Legislativo Municipal - vereador Marcos Antônio Gomes da Silva) - recebeu 13 (treze) votos favoráveis, nenhum voto desfavorável e nenhuma abstenção - proposição aprovada; Requerimento Legislativo n. 384/2025 - "requer, ouvido o Plenário, a inclusão em pauta dos Projetos de Leis n. 049/2025 e 065/2025, de sua própria autoria, para fins de reapresentação da matéria, após a realização de ajustes técnicos, propiciando o retorno regular de tramitação da propositura, nesta Casa Legislativa." (autoria: Poder Legislativo Municipal - vereador Marcos Antônio Gomes da Silva) - recebeu 13 (treze) votos favoráveis, nenhum voto desfavorável e nenhuma abstenção - proposição aprovada; Requerimento Legislativo n. 385/2025 - "requer, ouvido o Plenário, autorização para retirada de pauta do Projeto de Resolução n. 026/2025, de sua autoria, o qual 'instituí a Comenda Antônio Rebouças Saraiva - Sr. Mossoró'." (autoria: Poder Legislativo Municipal - vereador José Afrânio Bezerra da Silva) - recebeu 13 (treze) votos favoráveis, nenhum voto desfavorável e nenhuma abstenção - proposição aprovada; Requerimento Legislativo n. 386/2025 - "requer, ouvido o Plenário, com fundamento no artigo 31 da Constituição Federal, no artigo 39 da Lei Orgânica do Município de Parnamirim e no artigo 100 do Regimento Interno da Câmara Municipal de Parnamirim, que seja realizada Sessão Solene em homenagem ao Dia do

Motorista." (autoria: Poder Legislativo Municipal - vereadora Rhalessa Cledylane Freire dos Santos) - recebeu 13 (treze) votos favoráveis, nenhum voto desfavorável e nenhuma abstenção - proposição aprovada; Requerimento Legislativo n. 387/2025 - "requer o desarquivamento do Projeto de Lei n. 106/2018, que autoriza o Poder Executivo a implantar faixa elevada para pedestres nas instituições de ensino do município de Parnamirim, e dá outras providências." (autoria: Poder Legislativo Municipal - vereadora Rhalessa Cledylane Freire dos Santos) - em discussão, o vereador Michael Borges parabenizou a vereadora Rhalessa de Clênio pela matéria apresentada. Em seguida, destacou que atualmente existem diversas escolas públicas e privadas no Município e citou, como exemplo, a situação próxima ao Instituto Federal do Rio Grande do Norte (IFRN), nas proximidades do Atacadão, onde existe uma faixa de pedestres que se encontra bastante apagada. Informou que já havia solicitado a revitalização da pintura daquela faixa, utilizando o caso apenas como exemplo para ilustrar que grande parte das faixas de pedestres existentes no nível da via encontra-se apagada, o que gera riscos significativos para estudantes de escolas públicas e privadas. Acrescentou que, na mesma avenida, existe uma escola privada localizada um pouco mais adiante, ao lado do comércio de Seu José e Dona Maria, a qual não possui faixa de pedestres em frente, situação que dificulta o momento em que os pais deixam seus filhos no local. Defendeu que a implantação de faixas de pedestres elevadas representa uma alternativa mais segura, explicando que, mesmo quando ocorre desgaste da pintura com o passar do tempo e com o tráfego de veículos, a elevação permanece visível. Ressaltou que, por ser elevada, a faixa funciona como um redutor de velocidade mais seguro para os pedestres. Acrescentou que também será necessário cobrar posteriormente a execução da medida, defendendo que se torne um programa contínuo, com prazos definidos para manutenção. Finalizou sua fala ressaltando que se trata de uma questão de segurança, mencionando que, no bairro de Emaús, diversas pessoas o procuraram relatando problemas semelhantes em frente às escolas, reforçando que a elevação dessas faixas garante maior segurança mesmo quando ocorre o desgaste da sinalização. A presidente interina Rárika Bastos acrescentou que, ao avaliarem o Projeto de Lei, também devem considerar a adequação das passagens elevadas já

existentes no Município. Destacou que há problemas em algumas dessas estruturas, citando como exemplo a passagem elevada localizada na Avenida Castor Vieira Régis, em frente a uma escola, a qual não possui a devida adequação, razão pela qual não cumpre de forma efetiva o papel para o qual foi implantada. Encerrada a discussão, o Requerimento Legislativo n. 387/2025 - recebeu 13 (treze) votos favoráveis, nenhum voto desfavorável e nenhuma abstenção - proposição aprovada; Moção de Aplauso n. 214/2025 - "ao restaurante O Rei do Caldo, pela brilhante conquista da etapa estadual do concurso 'O Quilo é Nosso', promovido pela Associação Brasileira de Bares e Restaurantes - Abrasel, e por representar o estado do Rio Grande do Norte na final nacional da competição, realizada em São Paulo." (autoria: Poder Legislativo Municipal - vereador Thiago Fernandes da Silva) - em discussão, o vereador Jonas Godeiro e a vereadora Rárika Bastos solicitaram subscrição. Em seguida outros vereadores solicitaram subscrição e o vereador Thiago Fernandes sugeriu que a moção seja coletiva, visto ser uma honra para o município ter esse destaque, fazendo o registro junto ao Departamento de Processo Legislativo (DPL). Encerrada a discussão, a Moção de Aplauso n. 214/2025 recebeu 13 (treze) votos favoráveis, nenhum voto desfavorável e nenhuma abstenção - proposição aprovada; Moção de Aplauso n. 216/2025 - "à CENTEC Parnamirim, pela conclusão da primeira turma do Nordeste no curso técnico em manutenção automotiva." (autoria: Poder Legislativo Municipal - vereadora Raphaela da Silva Cruz) - recebeu 13 (treze) votos favoráveis, nenhum voto desfavorável e nenhuma abstenção - proposição aprovada; Moção de Pesar n. 057/2025 - "pelo falecimento do senhor Francisco Canindé da Silva, ocorrido no último sábado, dia 1º de novembro de 2025." (autoria: Poder Legislativo Municipal - vereador Hamilton Rademacker Pereira) - em discussão, a vereadora Rárika Bastos solicitou subscrição. Encerrada a discussão, a Moção de Pesar n. 057/2025 recebeu 13 (treze) votos favoráveis, nenhum voto desfavorável e nenhuma abstenção - proposição aprovada. Encerradas as deliberações, foi constatada a ausência dos (as) vereadores (as): César Augusto de Paiva Maia, Eurico Shigeyuki dos Santos Shiiki, José Afrânio Bezerra da Silva e Leonardo Lima da Costa. Restaram faltosos os (as) vereadores (as): Ana Carolina Carvalho de Lima Pires (justificado), Eder Rodrigues de Queiroz (justificado) e Raphaela da Silva Cruz. Ato contínuo, a presidente

interina Rárika Bastos passou a palavra aos vereadores Michael Borges e Thiago Fernandes para avisos. O vereador Michael Borges informou que, no dia 1º (primeiro) de dezembro, será realizada Sessão Solene para homenagear a causa animal, por meio da entrega das comendas Empresa Amiga dos Animais e Amigo dos Animais, destinadas a pessoas e empresas que desenvolvem ações voltadas à defesa e proteção dos animais. Esclareceu que cada vereador poderá indicar 02 (dois) homenageados, sendo 01 (uma) empresa e 01 (um) protetor ou indivíduo que atue na causa animal. Informou, ainda, que o prazo para o encaminhamento dos nomes se encerrará na segunda-feira, dia 17 (dezesete), tendo sido encaminhada diligência, via sistema, a cada Gabinete para esse fim. Finalizou sua fala destacando que o cumprimento do prazo é necessário para a organização do processo legislativo, confecção das placas nominais e planejamento do cerimonial. Em seguida, o vereador Thiago Fernandes convidou os vereadores para, logo após esta Sessão Ordinária, participarem da entrega de 02 (duas) moções, já mencionadas na tribuna, bem como para a Audiência Pública a ser realizada na presente data, às 18 (dezoito) horas, destinada a tratar sobre a questão dos ambulantes do município. Nada mais havendo a tratar, a presidente interina Rárika Bastos declarou encerrados os trabalhos às onze horas e trinta e um minutos, convocando outra Sessão para o dia treze de novembro, em horário regimental. Para constar, lavrou-se esta ata que, após lida e aprovada, será assinada pelos membros da Mesa Diretora.



**RÁRIKA DE ARAÚJO BASTOS**  
Vereadora/Presidente interina



**JOSÉ MICHAEL LUCENA DINIZ**  
Vereador/2º Vice-presidente



CÂMARA MUNICIPAL DE  
**PARNAMIRIM**

MAIS PERTO DE VOCÊ

*Thiago Fernandes*  
THIAGO FERNANDES DA SILVA  
Vereador/1º Secretário

*Eurico Shigeyuki dos Santos Shiki*  
EURICO SHIGEYUKI DOS SANTOS SHIKI  
Vereador/2º Secretário